

TENDÊNCIAS NAS ABORDAGENS DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICO-METODOLÓGICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO PROPED¹

TRENDS IN APPROACHES TO RESEARCH IN SPECIAL EDUCATION: A CRITICAL-METHODOLOGICAL ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN PROPED

Bianca F. Cordeiro Santos Fogli – Mestre em Educação e doutoranda pela UERJ

professorabiancafogli@bol.com.br

Katiuscia C. Vargas Antunes – Mestre em Educação e doutoranda pela UERJ

Katiuscia.vargas@hotmail.com

Patrícia Braun – Mestre em Educação e doutoranda pela UERJ

p.braun@terra.com.br

¹ Publicado em: ANTUNES, K. C. V.; BRAUN, P. & FOGLI, B.F.C.S. Tendências nas abordagens de pesquisas em educação especial: uma análise crítico-metodológica da produção científica no Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ. Espaço INES, v. 1, p. 83-96, 2010.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre as abordagens metodológicas utilizadas na pesquisa em Educação Especial, tomando como referência a produção acadêmica do programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPEd/UERJ). Para tal, foi realizado um levantamento das teses e dissertações produzidas na primeira década do século XXI, especialmente àquelas vinculadas ao campo da Educação Especial. Das 47 dissertações e teses localizadas nos arquivos do programa procuramos identificar quais as metodologias de pesquisa foram mais recorrentes nos estudos. Dentre os trabalhos encontrados, as abordagens metodológicas de estudo de caso, pesquisa-ação e etnografia foram predominantes. Cada uma delas perfazendo um total de 22% dos trabalhos. Este resultado vem confirmar a predominância de estudos que tem por finalidade uma proposta não apenas de descrição da realidade, mas de intervenção, como acontece na pesquisa-ação.

Palavras-chave: pesquisa em Educação Especial, abordagens metodológicas, pós-graduação *stricto sensu*.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the methodological approaches used in research in Special Education, with reference to the academic production of the Post-Graduate Education of the University of Rio de Janeiro (PROPEd / UERJ). To this end, a survey of theses and dissertations produced in the first decade of this century, especially those related to the field of Special Education. Of the 47 theses and dissertations located in the files of the program sought to identify which research methodologies are most frequent in the studies. Among the studies found, the methodological approaches to the case study, action research and ethnography were predominant. Each one of them a total of 22% of the work. This result confirms the predominance of studies whose purpose is a proposal not only description of reality, but to intervene, as in action research.

Keywords: research in Special Education, methodological approaches, post-graduate programs.

1- PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo revela as principais abordagens metodológicas emergentes na área da Educação Especial desenvolvidas na última década (2000-2009), no PROPEd-UERJ que trataram de questões específicas do campo da Educação Especial. Assim, foram considerados os trabalhos que apresentaram temas e objetos de estudo referentes à pessoas com necessidades educacionais especiais, assim como questões pertinentes a essa população-alvo, a saber: formação de recursos humanos, políticas públicas, autopercepção, ensino-aprendizagem, profissionalização, diagnóstico e identificação, inclusão, reabilitação e saúde, relações familiares e sexualidade.

A investigação e a coleta de dados desse estudo foram organizadas a partir de uma análise documental envolvendo dois momentos distintos. Inicialmente foi realizado um levantamento preliminar das atas de defesa de teses e dissertações no referido período, incluindo os nomes dos autores, temas, orientadores e data de defesa. Em um segundo momento, foi feita a análise das dissertações e teses disponíveis na biblioteca da Faculdade de Educação, tanto no acervo impresso quanto *on-line* da rede Sirius; no banco de teses e dissertações do PROPEd e nos arquivos dos professores orientadores da linha de pesquisa.

Realizada a busca das 104 dissertações e teses registradas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPEd), entre os anos de 2000 a 2009, foram analisadas 47 produções. Esse quantitativo foi assim delineado tendo por base o tema abordado, ou seja, estudos sobre pessoas com necessidades educacionais especiais e temas afins como citado anteriormente. A disponibilidade do material na íntegra também foi relevante para a seleção das teses e dissertações, pois em muitos casos foi preciso acessar o texto completo, uma vez que os resumos não apresentavam claramente os procedimentos ou encaminhamentos da metodologia de pesquisa abordada.

2- CONTEXTUALIZANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PROPEd)

É relevante esclarecer que o recorte aqui apresentado se justifica pelo fato de que a Linha de Educação Especial vem acompanhando o Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, desde a sua fundação em 1979, somando-se, em média, 150 produções direcionadas à pesquisa em Educação Especial. E, também, pelo fato de ser essa universidade, junto com a Universidade Federal de São Carlos, responsável por, aproximadamente, 60% dos trabalhos de pesquisa no campo da Educação Especial nos programas de pós-graduação, como apontado por Nunes *et al.* (1999).

Inicialmente, o Programa de Pós-graduação em Educação foi estruturado por diferentes áreas de concentração, sendo a Educação Especial uma delas. Com a reestruturação curricular, passou a ser organizado por linhas de pesquisa, consolidando a Universidade como um pólo de referência no país em estudos na área.

Atualmente, o Programa de Pós-graduação em Educação (PROPEd) é classificado nas agências de fomento de pesquisas como de formação de excelência, agora não apenas com o mestrado, mas também em relação ao doutorado, com a qualificação “6”. O programa conta com quatro linhas de pesquisa: Cotidiano e Cultura Escolar; Infância, Juventude e Educação; Práticas Educativas e História; Educação Inclusiva e Processos Educacionais, esta última, oriunda da linha de pesquisa Educação Especial.

Em sua proposta de pesquisa e formação, a finalidade do programa não se limita apenas ao processo de construção do conhecimento, mas também a formar profissionais e educadores capazes de interagir no *locus* social. Nesse sentido, há a indicação do favorecimento de contribuições com reflexões que ajudem no desenvolvimento social e nas interlocuções entre os sujeitos e as dinâmicas que compõem cada espaço analisado, pesquisado, vivenciado.

Desde o início de suas atividades, o Programa de Pós-graduação em Educação já passou por algumas reformulações em seus eixos, áreas de pesquisa e em sua estrutura curricular. No entanto,

[...] apesar dessas modificações, a Educação Especial (anteriormente enquanto área de concentração, e agora como eixo temático) manteve-se sempre presente desde a primeira proposta do curso, se tornando, por assim dizer, um dos "carros-chefe" do programa de fato, cerca de 1/3 dos alunos de cada turma pertence ao eixo de Educação Especial, e a procura é cada ano maior tanto em termos de quantidade de candidatos quanto do nível acadêmico dos mesmos. No último concurso de seleção para a turma de 1994, por exemplo, aproximadamente 20% dos 215 candidatos estavam interessados na área, e dos 30 aprovados, 10 são de Educação Especial (Glat, 1993, p. 159).

Os motivos para tal procura podem estar relacionados a dois motivos: primeiro, por ser este programa um centro de referência na pesquisa, investigação e formação de recursos humanos, nessa área; segundo, em decorrência do atual cenário das políticas públicas em Educação, as quais têm considerado a perspectiva da Educação Inclusiva. Neste aspecto, torna-se relevante o quantitativo de pesquisas que revelam as dificuldades do professor ao se deparar com o cotidiano escolar inclusivo, como já afirmado por diversos autores, como Mendes, 2002; Glat, Ferreira, Oliveira e Senna, 2003; Baptista, 2006; Jesus *et al*, 2007; Pletsch e Braun, 2008, entre outros, justificando o interesse nesse campo investigativo.

3- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Ao longo dos últimos anos, temos presenciado um aumento significativo na quantidade de produções acadêmicas oriundas das pesquisas em Educação no cenário nacional. Conforme relata André (2005), nos últimos vinte anos, observa-se um crescimento no quantitativo de pesquisas em Educação, especialmente devido à expansão

dos programas de pós-graduação. Tal crescimento vem acompanhado de uma diversificação de problemas, objetos de pesquisa, referenciais teóricos e abordagens metodológicas. Ganham força na área da Educação, pesquisas qualitativas que se valem de metodologias que vão desde estudos antropológicos e etnográficos, até estudos de caso, pesquisa-ação, análise de discurso, de histórias de vida ou narrativas.

No contexto das abordagens investigativas sobre a Educação Especial, mais especificamente, é possível identificar uma predominância de estudos que buscam compreender como vem se consolidando o processo de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Tal direcionamento vem se dando mais pontualmente a partir da década de 1990, quando são difundidas as políticas mundiais referentes à inclusão escolar, a saber: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994).

No Brasil, tal temática se intensifica a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96. Nesse cenário, de acordo com Nunes (2001), as pesquisas direcionadas às pessoas com deficiência se concentram nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Diante dessa constatação, a relevância do papel da Universidade assume não só a perspectiva da produção conhecimentos, mas também, sobretudo a condição de disseminá-los para a sociedade. E, assim como o espaço de formação tem responsabilidades em seu contexto, o papel do pesquisador também é marcado pela função social que lhe cabe. Com seus estudos, o pesquisador pode contribuir para modificar a realidade e propor novas formas de intervenção e práticas. Vale considerar ainda que função social da pesquisa está relacionada diretamente com as demandas e referências de cada tempo e espaço social, com e nos quais o pesquisador dialoga, investiga. Ou seja, o pesquisador e suas reflexões também acabam por assumir estratégias e direcionamentos de acordo com o meio social, seus valores e questionamentos vividos nesse tempo-espaço.

Como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador. Claro está que o pesquisador, como membro de um determinado tempo e de uma específica sociedade, irá refletir em seu trabalho de pesquisa os valores, os princípios considerados importantes naquela sociedade e naquela época (Lüdke & André, 1986, p. 3).

Dessa forma, vale ressaltar que, ao longo do tempo, a pesquisa em Educação Especial no Brasil, historicamente marcada por modelos externos, foi paulatinamente rompendo com esta tendência e voltando seu interesse para questões pertinentes à realidade brasileira. Conforme afirma Nunes (2001), as principais Universidades que contribuem para a pesquisa em Educação Especial no Brasil são a Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, esta última objeto de estudo do presente artigo.

No âmbito das investigações em Educação Especial no Brasil, a produção de conhecimento tem revelado um número significativo de pesquisas que tematizam a integração/inclusão, enfocando a apresentação e avaliação de propostas educacionais que

preconizam a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino e a discussão das políticas públicas na área da Educação (Mendes, Ferreira & Nunes, 2003). Entretanto, a maioria dos estudos apresenta tendências gerais que, muitas vezes, não dão conta de fazer uma análise mais pontual das condições de escolarização de alunos com deficiência na escola regular. É neste sentido que Glat & Pletsch (2004) recomendam o desenvolvimento de pesquisas sobre Educação Inclusiva que articulem a organização do sistema escolar com aspectos referentes à relação ensino-aprendizagem, considerando uma análise mais abrangente das pressões econômicas, políticas, sociais e culturais que configuram a realidade brasileira. Bueno (2005, p. 21) corrobora com essa perspectiva:

[...] há necessidade do desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre aspectos macro-estruturais [e por outro lado] de estudos qualitativos, procurando investigar processos singulares de escolarização e de sua relação com a inclusão/exclusão escolar [...] sem desconsiderar [as condições macroestruturais] privilegiar como foco as marcas das trajetórias e as condições dos alunos no interior das escolas.

4- COMPREENDENDO AS METODOLOGIAS PREDOMINANTES NA PESQUISA

Cabe realizarmos uma breve conceituação das principais abordagens metodológicas empregadas nos trabalhos pesquisados. Começaremos pela abordagem etnográfica e em seguida serão contemplados o estudo de caso e, por último, a pesquisa-ação.

A *etnografia* é um tipo de investigação que surgiu a partir de estudos antropológicos que tinham por finalidade pesquisar a sociedade e sua cultura. Os etnógrafos realizam um trabalho descritivo, destacando os componentes culturais, os hábitos, os comportamentos, as linguagens e os significados que os sujeitos de determinada sociedade dão a esses componentes (Antunes, 2007).

A perspectiva etnográfica na escola visa compreender o que acontece no espaço escolar e no espaço da sala de aula sem desconsiderar os movimentos e as relações produzidas no cotidiano da escola, fora do espaço restrito da sala de aula. Isso transcende as questões que se relacionam diretamente com o processo ensino-aprendizagem (André, 1995).

Nossas ações e relações são intermediadas pela cultura e esta se constitui numa teia de significados que os homens vão tecendo no desenrolar da história. Daí a necessidade de considerar a cultura como um dado importante na análise da pesquisa (Geertz, 1989).

Para Geertz, o trabalho etnográfico é a construção da leitura de um texto “cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (1989, p. 7). Ao ler as dinâmicas do cotidiano dos alunos com deficiência incluídos nas turmas comuns, das práticas sociais e pedagógicas, por exemplo, coloca-se o esforço interpretativo para produzir um relato fundamentado nos aspectos significativos dos contextos investigados.

Outra característica da pesquisa etnográfica é o fato de usar um plano de trabalho aberto e flexível, “em que os focos da investigação vão sendo constantemente revistos, as

técnicas de coleta de dados reavaliadas, os instrumentos reformulados e os fundamentos teóricos repensados” (André, 1995, p.30) .

Um fator importante da etnografia é o contato direto que o pesquisador estabelece com o objeto ou a situação pesquisada. Nesse contato, é preciso considerar que o pesquisador traz consigo uma experiência de vida marcada por valores e crenças, o que torna o seu trabalho de pesquisa muito difícil. Difícil, pois muitas vezes o pesquisador se depara com situações que contrariam seus princípios, valores, expectativas e, faz com que sejam abandonadas certezas que historicamente fizeram parte de sua vida. (Antunes, 2007). Assim, conforme destaca André (1995), o pesquisador precisa estar ciente de que seus valores, crenças e vivências afetam a construção do objeto de pesquisa, por isso tem de estar constantemente (des)construindo e (re)construindo seus próprios valores.

Como exemplo de pesquisa etnográfica, podemos citar o trabalho acadêmico produzido por Pletsch em sua dissertação de mestrado *O Professor Itinerante como Suporte para Educação Inclusiva em Escolas da rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro* (2005). Nesta produção, a autora reflete acerca da prática de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Esta dissertação discute o trabalho do professor itinerante em escolas que têm alunos com necessidades educacionais especiais incluídos nessa rede. Participaram da pesquisa duas professoras itinerantes que atuam em três escolas municipais localizadas na zona oeste do Rio de Janeiro. Para realizar a investigação optou-se pela pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica, utilizando como instrumentos de coleta de dados a observação participante, a análise de documentos, a microanálise e as entrevistas aberta e semi-estruturada. Os resultados evidenciaram que o trabalho realizado pelas professoras itinerantes desempenha diversas funções no ambiente escolar, indo além do suporte aos professores regulares e do auxílio aos alunos especiais incluídos. Na prática, elas atuam como agentes de mediação, sensibilização e mobilização pró-inclusão nas escolas que trabalham.

Uma outra abordagem recorrente é a metodologia do *estudo de caso*, muito utilizada, por diferentes áreas como a Medicina, Antropologia, Sociologia, Serviço Social entre outras. Na Educação, ainda que sua utilização seja recente, em pouco tempo tem se revelado como um método de pesquisa recorrente nas investigações sobre o espaço escolar.

A definição dessa metodologia, assim como a abordagem da pesquisa-ação, apresenta aspectos amplos, os quais, muitas vezes, podem conduzir seus usuários a interpretações demasiadamente simplificadas do método, ou equivocadas de seus procedimentos. Vale frisar que todo processo metodológico tem características que lhe garantem um rigor técnico, que por conseqüência, garante à pesquisa sua validade científica no âmbito em que se estabelece.

Alves-Mazzotti (2006, p. 639) é clara em sua análise sobre o uso do estudo de caso como metodologia, ao afirmar que as questões dúbias quanto à forma de implementação dessa abordagem de investigação parecem estar associadas a equívocos da literatura sobre o tema. Um exemplo dessa interpretação, segundo essa pesquisadora, é a compreensão de alguns autores ao caracterizarem essa abordagem como um tipo de pesquisa “mais fácil, pelo fato de lidar com poucas unidades”, ou seja, com uma população-alvo menor, por exemplo. Contudo, essa percepção oculta, na verdade, a complexidade com a qual se lida nesse tipo de pesquisa, bem como as dificuldades advindas de sua prática.

O tempo necessário para que sejam validadas e configuradas as informações, em campo; o cuidado com as inferências pessoais do investigador sobre o foco analisado; a seleção dos critérios para determinar a identificação, o esclarecimento da circunstância ou

população analisada; a forma de compreender os fatos que surgem - ou como diria Alves-Mazzotti (2006), de perceber a urgência com que a situação, a realidade se destaca, sem comprometê-la com percepções políticas ou temporais; são alguns fatores revelam o grau de dificuldade e de empenho necessários para leva a cabo um investigação desse porte.

Como é sabido, o estudo de caso se configura como uma forma de pesquisa, que inclui usualmente, por exemplo, a observação, as entrevistas, fotografias, gravações, documentos, anotações de campo, entre outros instrumentos para a coleta de dados. No entanto os esquemas formados pela seleção de duas ou mais formas desses instrumentos não podem ser entendidos e aplicados como simples formas de coleta de dados iniciais, ou como afirma André (1984, p. 51), “estudos de caso não podem ser tomados simplesmente como esquemas pré-experimentais de pesquisa. Embora eles sirvam muitas vezes para indicar variáveis que são manipuladas e controladas em estudos experimentais, essa não é a sua única função”.

As pesquisas que envolvem essa metodologia precisam se apropriar das técnicas adequadas ao contexto focado na investigação, pois o “caso” tanto pode se configurar como um episódio individual quanto coletivo. Nesse sentido, há que se considerar o cenário, as circunstâncias sociais e os atores envolvidos para a compreensão, elucidação ou reflexão sobre as questões que possam emergir do espaço-tempo apresentado por uma determinada situação, acontecimento.

Neste sentido, para exemplificar, destacamos o estudo de Mattos (2002) que investigou o processo de escolarização oferecido pelo INES, na década de 1940, e sua influência sobre a atual qualidade de vida dos ex-alunos, já idosos em 2002. Foram identificados 400 alunos matriculados e selecionados os 163 naturais do Rio de Janeiro, dos quais restaram para a pesquisa apenas 13 portadores de surdez neurossensorial severa ou profunda, numa abordagem de estudo de caso, empregando como instrumentos de pesquisa, a análise documental e a entrevista.

Por último, porém não menos importante, a *pesquisa-ação* se caracteriza como uma abordagem metodológica organizada a partir de um ciclo que se inicia com a evidência de um problema. Com a identificação do que precisa ser mudado, uma ação é planejada e posta em prática, sendo constantemente observada em suas implicações e mudanças, de forma que possibilite apreender melhor tanto sobre a ação implementada quanto sobre a investigação realizada. Ou seja, esse ciclo vai tomando a forma espiralada por se caracterizar como uma reflexão contínua sobre uma mudança, a qual começa a partir de um ponto, um problema específico, mas que de desenrola e ascende em suas ações, na medida em que essas ações são avaliadas em sua eficácia, o que acaba por apresentar novos elementos e informações, novos planejamentos de ações, novas observações, avaliações e assim sucessivamente (Braun, 2009).

Para falarmos de pesquisa-ação, no contexto atual, vale considerar que tal abordagem metodológica tem sido pano de fundo para muitas críticas no ambiente acadêmico. De certa forma, no na atual percepção dos órgãos responsáveis pela liberação dos recursos para as pesquisas, quando essas apresentam a pesquisa-ação como abordagem investigativa, geralmente, fica mais difícil de obter o financiamento. Mas o que tem levado a academia e os órgãos de investimento em pesquisas a ter esse tipo de juízo sobre a relevância e, principalmente, sobre rigor científico da pesquisa-ação?

Algumas hipóteses podem ser levantadas. Franco (2005, p. 485), por exemplo, ressalta o fato de que as diferentes interpretações consideradas pesquisa-ação têm suscitado um “mosaico de abordagens metodológicas, que muitas vezes se operacionalizam na práxis

investigativa, sem a necessária explicitação de seus fundamentos teóricos”, o que compromete seriamente a validade dos estudos uma vez que apresentam incongruências entre a teoria e o método. Corroborando com essa percepção, Tripp (2005) atenta, primeiro, para o significado que o termo pesquisa-ação tem sido usado, sendo muitas vezes caracterizado de forma tão ampla e vaga que o deixa “sem sentido”. E, em segundo lugar, chama a atenção para o equívoco de identificar qualquer forma de reflexão sobre a ação como pesquisa-ação.

Vale firmar que a pesquisa-ação, desde as origens de sua aplicação por Kurt Lewin¹, se fez presente a partir de investigações com interesses derivados do cotidiano e na transformação social, ainda que inseridas em uma abordagem experimental de campo, já que ele e seus colaboradores ainda tinham os procedimentos experimentais como viés de suas ações. Essas investigações deram margem a novas perspectivas de pesquisa, mais pautadas na colaboração dos sujeitos envolvidos, como a pesquisa participante, favorecendo um novo olhar sobre o *locus* investigativo e suas relações (Franco, 2005).

Como bem afirma Monceau (2005, p. 471) “Lewin postulava ser necessário atuar sobre a realidade para conhecê-la” e desse modo ele favoreceu “a transição entre duas metodologias: a classicamente experimental do laboratório e a da pesquisa-ação”. Mais tarde, a partir da década de 1980, então, acontece o marco de aproximação à investigação com finalidade de mudança e melhoria da prática docente.

No Brasil, segundo Franco (2005, p.485-486), a pesquisa-ação tem se caracterizado no contexto investigativo de, pelo menos, três formas de apresentação diferentes: a pesquisa-ação colaborativa: quando transformação é solicitada pelo grupo de referência à equipe de pesquisadores; a pesquisa-ação crítica que se caracteriza pelo fato da transformação ser percebida a partir dos trabalhos iniciais do pesquisador com o grupo e a pesquisa-ação estratégica, a qual, ao contrário das anteriores, a transformação é planejada previamente, sem a participação dos sujeitos. No entanto, independente da tipificação ou caracterização das formas de se fazer a pesquisa-ação, é preciso considerar o seu formato “cíclico-espiral”, conforme sua caracterização a partir dos estudos de Kurt Lewin.

A definição da pesquisa-ação no campo da Educação perpassa por alguns aspectos que têm sido comuns a teóricos e pesquisadores, nas últimas duas décadas. Entre estes, é considerada uma pesquisa que promove a participação de todos os envolvidos (pesquisador e sujeitos); isto é, torna-se um processo multidirecionado na medida que privilegia a articulação das descobertas, das problematizações e discussões no coletivo e no cotidiano em que o processo investigativo ocorre. Ilustrando a relevância sobre o caráter coletivo da pesquisa-ação, nos últimos quinze anos, pesquisadores têm apresentado a validade da construção de conhecimentos a partir de um espaço coletivo de investigação, instrução e formação (Pletsch e Glat, 2009; Mello, Martins e Pires, 2008; Jesus, 2008; Tripp, 2005; Franco, 2005; Pimenta 2005; Monceau, 2005; Barbier, 2002; Zeichner, 2002).

Nessa perspectiva, parece ser uma concordância o fato da abordagem de pesquisa-ação poder oferecer subsídios para respaldar a importância da interação entre pesquisador e participantes como um modo de buscarem as soluções pertinentes e eficientes às questões evidenciadas em um cotidiano real e vivenciado, balizando, ainda, diretrizes para uma ação transformadora. Ou seja, nesta abordagem, os participantes compartilham junto com a equipe de pesquisa, tanto das idéias a serem implementadas como das responsabilidades com o processo construído. A título de confirmação dessa percepção Thiollent (1994), por exemplo, diz que pesquisa-ação é

[...] um tipo de **pesquisa social** com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema **coletivo** e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (p. 14) (grifo nosso).

Assim, diante das perspectivas da pesquisa-ação, podem ser vislumbradas possibilidades para compartilhar ações e percepções advindas delas, favorecer o diálogo entre professores, entre a escola e a universidade; bem como possibilitar a efetivação de uma rede entre saberes e práticas. Dito dessa forma, podemos entender que essa abordagem pode colaborar para a melhoria da formação do professor e do pesquisador, bem como para o desenvolvimento de novas abordagens educacionais. Mas, ainda que saibamos das vantagens que a pesquisa-ação pode trazer, é preciso ter a noção de que essa é somente uma das estratégias que podem permitir a mudança do cenário excludente que hoje vivemos.

A título de ilustração, destacamos o estudo de Juncken (2002) que analisa a contribuição das aulas de Educação Física para o portador de necessidades especiais com deficiência mental, através de atividades físicas, aulas de natação, jogos, competições, acampamentos e atividades de expressão, levando em consideração os aspectos motores, afetivos, sociais e enfatizando também o cognitivo. Neste estudo, a metodologia de pesquisa ação é descrita com propriedade, sendo utilizados como instrumentos de coleta de dados a fotografia, slides, filmes e observação.

4.1. O que revelam as pesquisas quanto às metodologias utilizadas?

Para a presente análise, procuramos identificar nas 47 (quarenta e sete) dissertações e teses quais metodologias de pesquisa foram recorrentes. Dentre os trabalhos investigados, as abordagens metodológicas de estudo de caso, pesquisa-ação e etnografia foram predominantes. Cada uma dessas somou um total de 22% dos trabalhos, ou seja, 11 (onze) trabalhos entre dissertações e teses para cada abordagem acima mencionada. Além desses três tipos de investigação, a pesquisa descritiva também foi uma das abordagens mais utilizada, com um quantitativo de 9 (nove) trabalhos, correspondendo a um percentual de 18%. Em seguida encontramos a história de vida (8%), a pesquisa quase experimental (6%) e, por último, a pesquisa causal-comparativa (2%).

Para fins ilustrativos, destacaremos as pesquisas que apresentaram maior incidência quanto às abordagens metodológicas recorrentes. Para tanto, cabe ressaltar, não haver pretensão no sentido de aprofundar as temáticas afetas ao tema, face ao objetivo do presente artigo.

Podemos verificar a predominância da metodologia *estudo de casos* em autores como Oliveira (2000), Valadão (2001), Sant'anna (2001), Vargas (2001), Mattos (2002), Figueira (2004), Gomes (2006), Reis (2007), Oliveira(2007), Souza (2007). Estes estudos abordam, em sua maioria, questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, formação de professores e integração/ inclusão. Também encontramos a combinação do estudo de caso com outros enfoques, em especial o etnográfico em Lira (2004), Machado

(2005) e Fontes (2007). O conjunto dessas pesquisas versa sobre os seguintes temas: autismo e escolarização; inclusão e bidocência.

Em relação à pesquisa-ação, destacamos os autores que seguem: Pelosi (2000), Souza (2001), Juncken (2002), Weiss (2003), Castro (2004), França (2005) e Oliveira (2008). Nesses estudos, a temática gira em torno das áreas: comunicação alternativa, identificação da deficiência mental, educação física, informática e educação especial, autismo e altas habilidades e família.

A pesquisa etnográfica foi considerada uma das três metodologias mais utilizadas, visto que foi caracterizada tanto como metodologia, quanto como enfoque de pesquisa. Seu uso apenas como abordagem metodológica pode ser encontrado em autores como Melo (2004); Plestch (2005); Dias (2006); Suplino (2007); Antunes (2007) e Plestch (2009).

A partir do levantamento das abordagens metodológicas passamos a investigar quais foram os principais instrumentos de coleta de dados utilizados pelos pesquisadores. As análises apontam para uma forte tendência de utilização da observação de campo. Os questionários aparecem como o segundo instrumento mais utilizado, perfazendo um total de seis trabalhos. Os modelos de questionário incluíam fechado e surveys (ambos com 16,67%) e semi-abertos (66,67%). É importante ressaltar a diferença de frequência entre este último instrumento e os demais, que confirma a tendência já mencionada do predomínio da modalidade de pesquisa qualitativa no campo da Educação. O uso de entrevistas também é recorrente nos estudos, sendo que 77,42% correspondem a entrevistas semi-estruturadas, gravadas em áudio ou vídeo. Além desses instrumentos, os diários de campo foram bastante utilizados pelos pesquisadores, o que se justifica pela predominância de pesquisas com abordagem etnográfica.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS E APONTAMENTOS PARA FUTUROS ESTUDOS

A proposta deste artigo foi investigar o conjunto de teses e dissertações da última década defendidas no Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ (PROPEd). O foco da análise foi as diferentes abordagens metodológicas que os pesquisadores utilizaram em seus estudos. Como verificado, as pesquisas qualitativas foram predominantes, com especial destaque para as metodologias de pesquisa pautadas na etnografia, estudos de caso e pesquisa-ação. Essas abordagens se concretizam em estudos que apresentavam o objetivo de compreender o contexto da Educação Especial brasileira e, especialmente, propor, em alguma medida, intervenções na realidade estudada, como é o caso da pesquisa-ação.

Sabemos que o campo de pesquisa em Educação Especial no Brasil vem assumindo um lugar de destaque no cenário da pós-graduação *stricto sensu*, e o aumento no quantitativo das pesquisas vem comprovar a relevância deste campo de estudos. Não apenas do ponto de vista acadêmico, mas sobretudo social, as pesquisas em Educação Especial têm contribuído para o avanço do processo de inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais. Como apontamos no início deste texto, o pesquisador tem o compromisso social de divulgar o conhecimento produzido nas Universidades para as escolas, instituições não escolares e demais espaços que se dedicam a “atender” às pessoas com deficiência.

Este estudo deixa, então, um espaço aberto para futuras análises e novas investigações que certamente contribuirão para o avanço da pesquisa em Educação Especial

no Brasil. Novas pesquisas e abordagens metodológicas diferenciadas somam-se ao conhecimento que vem sendo historicamente produzido por pesquisadores comprometidos não somente com os estudos teóricos, mas especialmente com a estreita relação entre teoria e prática e, mais do que isso, com a transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUI FALTA ACRESCENTAR AS REFERENCIAS DOS ESTUDOS CITADOS QUE BIANCA VAI MANDAR AMANHÃ.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos do estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, set./dez, 2006,

ANDRÉ, M. E. D. A. de. Estudo de caso: seu potencial para a educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 49, maio, 1984.

_____. *Etnografia da prática escolar*. Campinas – SP: Papyrus, 1995.

_____. Pesquisa em educação: questões de teoria e método. *Revista Educação e tecnologia*, Belo Horizonte, v.10, a. 1, p. 29-35, Jan./jun., 2005.

ANTUNES, K. C. V. *Educação Inclusiva e acessibilidade: o espaço escolar em questão*. Rio de Janeiro: PUBLIT/Coleções FESO, 2007.

BAPTISTA, C. (org). *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Brasília: Plano Editora, 2002. Tradução de Lucie Didio.

BRAUN, Patricia. *O locus teórico da pesquisa-ação e a formação do professor para ensinar a todos*. (no prelo) 2009.

BUENO, J. G. Processos de inclusão/exclusão escolar, desigualdades sociais e deficiência. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. & VICTOR, S. L. (orgs). *Pesquisa e Educação Especial – mapeando produções*. Edufes, Espírito Santo, 2005, p. 105-123.

FRANCO, Maria Amélia S. Pedagogia da pesquisa-ação. In.: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v, 31, n. 3, 2005, p. 483-502.

GLAT, R; FERREIRA, J. R; OLIVEIRA, E. da S. G. & SENNA, I. A. G. *Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil*. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003. Disponível em www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva, acessado em nov./2003.

GLAT, R & PLETSCHE, M. D. O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, p. 3-8, 2004.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

JESUS, Denise M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, Maria Aparecida; VICTOR, Sonia L. (orgs). *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007.

JESUS, Denise M. de. O que nos impulsiona a pensar a pesquisa-ação colaborativo-crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas? In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M. & JESUS, D. M. de (Orgs). *Educação Especial: diálogo e pluralidades*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, p. 139-159.

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MELLO, Francisco R. L. Vieira de; MARTINS, Lúcia de A. R.; PIRES, José. Experiências de intervenção em prol da inclusão de alunos com paralisia cerebral: constatações a partir de ma pesquisa-ação. In.: MARTINS, Lúcia de A. R.; PIRES, José; PIRES, Gláucia; MELLO, Francisco R. L. Vieira de. (Orgs) *Inclusão: compartilhando saberes*. 3 Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008, p. 141-148.

MENDES, E.G. Perspectivas atuais da educação inclusiva no Brasil. Anais doIII encontro de Educação Especial da UEM,. Maringá: Ed. UEM. P.15-37. 2001.MENDES, E.G. *Desafios atuais na formação do professor em educação especial*. In: Revista Integração. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC / SEESP, p. 12-17. 2002.

MENDES, E. G., FERREIRA, J. R. & NUNES, L. R. O. de P. Integração/Inclusão: o que revelam as teses e dissertações em Educação e psicologia. In: NUNES, F. de P. *Inclusão Educacional: pesquisa e interfaces*. Rio de Janeiro: Livre expressão, 2003.

MONCEAU, Giles. Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente. In.: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, 2005, p. 467-482.

NUNES, F. de P., NAUJORSKS, M. I. *Pesquisa em Educação Especial: o desafio da qualificação*. São Paulo: EDUSC, 2001.

PIMENTA, Selma G. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. In.: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v, 31, n. 3, 2005, p. 521-539

PLETSCH, Márcia D. & BRAUN, Patrícia. A inclusão de pessoas com deficiência mental: um processo em construção. In: *Revista Democratizar*: Rio de Janeiro, 2008, p. 1-12

PLETSCH, Márcia D; GLAT, Rosana. *Pesquisa-ação: estratégia de formação continuada para favorecer a inclusão escolar*. Mimeo, 2009.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. In.: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v, 31, n. 3, 2005, p. 443-466.

ZEICHNER, Kenneth; DINIZ-PEREIRA, Júlio E. Pesquisa dos educadores e formação docente voltada para a transformação social. In.: *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 125, 2003, p. 63-80.

